



FOTO: WILLIAMS AGUIAR



Palácio Joaquim Nabuco na campanha Outubro Rosa

Em apoio à campanha Outubro Rosa, o Palácio Joaquim Nabuco, prédio-sede da Alepe, ficou, durante todo o mês de outubro, iluminado na cor damobilização de luta contra o câncer de mama. Iniciada nos Estados

Unidos, a iniciativa remete ao laço cor de rosa, que simboliza a prevenção à doença, estimulando a participação popular, de empresas e entidades civis e governamentais. O engajamento da Alepe no Outubro Rosa teve início em 2010 e é uma

iniciativa da Mesa Diretora do Parlamento Estadual. O apoio é coordenado pela Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e pela Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo.

GOVERNO

UCHOA ASSUME EXECUTIVO ESTADUAL POR 5 DIAS

O presidente da Assembleia Legislativa, deputado Guilherme Uchoa (PDT), assumiu o cargo de governador de Pernambuco durante cinco dias (entre 29/10 e 02/11). A transmissão do cargo aconteceu no Aeroporto Internacional do Recife/Guararapes. O governador João Lyra Neto (PSB) viajou para Roma, na Itália, onde participou do Encontro Anual da Fraternidade Católica. Lá, ele prestigiou a apresentação da Orquestra Criança Cidadã Meninos do Coque para o papa Francisco, no Vaticano.

Uchoa assumiu o posto na qualidade de segundo nome na linha de sucessão estadual, conforme previsto na Constituição de Pernambuco. Em abril, o então vice-governador João Lyra Neto assumiu a chefia do



Governador João Lyra Neto passou o cargo para Guilherme Uchoa no dia 29 de outubro

Executivo em substituição a Eduardo Campos, que deixara o governo para disputar a Presidência da República pelo PSB. Com o falecimento de Eduardo em agosto, Lyra manteve-se no cargo após as eleições, porém sem vice.

Esta é a quarta vez que Guilherme Uchoa assume o cargo. As outras foram em maio e outubro de 2007 e março de 2012. Segundo o presidente da Alepe, "desempenhar tal função é um exercício dignificante e representa uma grande responsabilidade perante todos os pernambucanos". Durante o período, Uchoa despachou no Palácio do Campo das Princesas, sede do Executivo.

O primeiro vice-presidente da Alepe, Marcantônio Dourado (PSB), assumiu a presidência da Casa durante o período.

HOMENAGEM

TRIBUTO EMOCIONADO A EDUARDO CAMPOS

Numa emocionada Reunião Solene, a Assembleia Legislativa prestou um tributo ao ex-governador de Pernambuco Eduardo Campos, falecido em 13 de agosto último. O político, de 49 anos, foi vítima de um acidente aéreo, em Santos (SP), que também matou os dois pilotos e os quatro integrantes da equipe que o acompanhavam. Eduardo estava em campanha à Presidência da República, pelo PSB.

A esposa Renata Campos e os filhos Maria Eduarda, João, Pedro e Miguel, além da mãe, a ministra do Tribunal de Contas da União, Ana Arraes, e o irmão, Antônio Campos, estiveram presentes. Amigos do ex-governador, secretários de Estado, políticos, autoridades e personalidades pernambucanas acompanharam a cerimônia no Plenário lotado.

O presidente da Casa Joaquim Nabuco, deputado Guilherme Uchoa (PDT), que solicitou a homenagem, disse que a morte atingiu fortemente todos os pernambucanos. "Perdi um amigo e um companheiro de longas jornadas políticas, com quem tinha uma grande sinergia", revelou.

Uchoa lembrou as duas bem avaliadas administrações de Eduardo à frente do

Governo do Estado, entre 2007 e 2014. "A Assembleia não poderia deixar de expressar sua estima, admiração e respeito por Eduardo Campos, por todo o legado político herdado do avô, o ex-governador Miguel Arraes", afirmou. E concluiu: "Onde ele estiver, eu quero dizer apenas: muito obrigado. Por tudo, em nome da minha família, dos deputados, da Assembleia, do povo de Pernambuco e do povo brasileiro. Não vamos desistir do Brasil."

O líder do Governo na Casa, Waldemar Borges (PSB), salientou que a solenidade foi uma oportunidade de refletir sobre o que Eduardo Campos representou para o Estado, e que deve servir como exemplo para futuras gerações.

A viúva de Eduardo Campos, Renata, recebeu uma placa alusiva à homenagem. Num discurso cheio de emoção e interrompido por aplausos, Renata Campos agradeceu em nome da família e dos amigos a iniciativa da Assembleia. Ela destacou a generosidade do povo de Pernambuco, não apenas por reconhecer o trabalho administrativo do ex-governador, mas pelo apoio oferecido à família após o trágico falecimento. "Eduardo deixou o governo pra enfrentar



Renata Campos (esposa), Ana Arraes (mãe) e Antônio Campos (irmão) na solenidade

novos desafios, com a esperança de um Brasil mais justo, fraterno, democrático, equilibrado regional e socialmente, atento ao nosso maior patrimônio: os brasileiros", enfatizou. "Teremos muitos desafios pela frente, mas não vamos desistir. Em nome de Eduardo, a luta por Pernambuco e pelo Brasil continua", disse.

Renata e Ana Arraes receberam ramalhetes de flores entregues pela deputada Raquel Lyra (PSB). A esposa de Eduardo também recebeu um quadro com uma foto do

ex-governador da presidente da Associação dos Funcionários Aposentados da Assembleia, Maria José Moreira.

Durante a solenidade, a Assembleia Legislativa apresentou um vídeo em homenagem a Eduardo Campos, que também foi deputado estadual no período de 1991 a 1994.

Entre as autoridades presentes, o governador João Lyra Neto (PSB); o vice-prefeito do Recife, Luciano Siqueira (PCdoB); e o presidente do Tribunal de Justiça de Pernambuco, Frederico Neves.



PLANEJAMENTO

ORÇAMENTO/2015 EM ANÁLISE NA ALEPE

O equilíbrio entre as receitas e as despesas públicas só pode ser alcançado por meio do planejamento das ações de Estado. Para isso, o Poder Executivo vale-se do modelo orçamentário brasileiro definido na Constituição Federal de 1988, que é composto por três instrumentos: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Na elaboração da LOA, por exemplo, a União e os Estados estimam a receita e fixam a programação dos custos do exercício financeiro subsequente. É por meio dela que se avalia, a curto prazo, as fontes dos recursos públicos no universo dos contribuintes e, consequentemente, os seus beneficiários.

Em Pernambuco, as matérias orçamentárias são analisadas na Assembleia Legislativa pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação. O Projeto da LOA 2015 foi enviado pelo Governo do Estado à Casa Joaquim Nabuco no dia seis de outubro. A medida prevê uma receita de aproximadamente R\$ 32 bilhões para o próximo ano. O valor representa um acréscimo de 6% em relação a 2014. A projeção de investimentos a serem aplicados em áreas como educação, saúde e segurança, é de R\$ 3,9 bilhões.

Entre as prioridades do Estado para 2015, está o setor de água e saneamento,



Frederico Amâncio (E) apresentou números do Estado ao presidente da Comissão de Finanças, deputado Clodoaldo Magalhães (C)

que deve receber um total de R\$ 606 milhões em investimentos. A verba será direcionada para obras como a Adutora do Agreste e a construção das barragens de Igarapeba e Engenho Maranhão.

Outro grande beneficiado é o setor de desenvolvimento econômico, com R\$ 592 milhões. O montante deverá atender a obras de infraestrutura do polo automotivo de Goiana e a investimentos no Complexo Industrial de Suape.

Durante palestra realizada no Plenário da Alepe no dia 23 de outubro, o secretário estadual de Planejamento e Gestão, Frederico Amâncio, disse que a meta de crescimento do Estado para 2015 é de 3,5%. "Quase metade do percentual de receitas provém do ICMS, com previsão positiva de crescimento, mas sem nenhuma explosão de crescimento", apontou. No caso do Fundo de Participação dos Estados (FPE), segunda principal

fonte de receitas, a previsão de crescimento é de 10%.

PRazos - O prazo para a apresentação de emendas ao projeto da LOA 2015 encerrou-se no dia 31 deste mês. Cada parlamentar tem o direito de emendar o Orçamento em até R\$ 1,1 milhão. No dia 26 de novembro, a Comissão de Finanças divulga o parecer geral e a redação final do projeto. Até o dia 05 de dezembro, a matéria deve ser encaminhada de volta para o Poder Executivo.

PROCEDIMENTOS PARA APRIMORAR LEIS ORÇAMENTÁRIAS

Crítérios para alocação de emendas parlamentares, orçamento impositivo e transparência foram alguns dos temas discutidos no 1º Seminário de Legislação Orçamentária, realizado este mês, na Alepe (foto). Foram quatro mesas de diálogo com o diretor da Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira da Câmara dos Deputados, Ricardo Volpe, e com o consultor de orçamento da Câmara Federal Eugênio Greggianin. Eles apresentaram os procedimentos regimentais do Congresso Nacional em consonância com a legislação orçamentária vigente.

Entre as inovações destacadas, está o manual de elaboração de emendas ao orçamento, disponível no portal da Câmara dos Deputados (www2.camara.leg.br). Segundo Ricardo Volpe, a intervenção do parlamentar deve ser moderada. "Uma discussão mais aprofundada, de maneira coletiva, sobre um determinado assunto pode trazer mais resultados para a população. Assim, a sociedade vai enxergar o Legislativo como instrumento de aprimoramento e não para atendimento de pequenas demandas", salientou.

Eugenio Greggianin informou que, em geral, no Brasil, considera-se a despesa fixada na lei orçamentária como uma autorização para gastar, e não como uma obrigação de gastar. Isso abre espaço para que o Executivo não realize algumas despesas previstas no orçamento, o que gera o orçamento autorizativo, em que parte das despesas pode ser contingenciada.

De acordo com o consultor, está em curso um debate para que seja implantado o orçamento impositivo, porque os contingenciamentos viraram rotina. "A medida tornaria obrigatória a execução de todo o orçamento nos termos em que ele for aprovado pelo Congresso Nacional", destacou. Para o técnico, é preciso ficar atento ao uso estratégico do orçamento pelo Executivo, que "às vezes incentiva os excessos de autorização e concentra o poder financeiro."

O seminário, organizado pela Comissão de Finanças, Orçamento e Tributação da Alepe e pela Escola do Legislativo, teve o objetivo de aprofundar o conhecimento sobre projetos de lei orçamentários que tramitam no Poder Legislativo. O resultado dos debates vai subsidiar o grupo de trabalho formado na Comissão de Finanças, que vem estudando o aperfeiçoamento do atual modelo de tramitação dos projetos orçamentários.



SÉRIE ATIVIDADE LEGISLATIVA

COMISSÕES PERMANENTES EMITEM PARECER SOBRE

Fernandino Neto

A estrutura organizacional da Alepe é composta - além do Plenário, da Mesa Diretora e de liderança parlamentares - por 16 comissões de caráter técnico-legislativo, as chamadas Comissões Permanentes. Cada uma tem finalidades e atribuições, de acordo com matérias e áreas específicas. Elas emitem parecer sobre as proposições, opinando pela aprovação ou rejeição (total ou parcial) ou pelo arquivamento. Em outros casos, podem formular emendas, subemendas ou substitutivos.

A cada reunião, acontece a distribuição de projetos ao mesmo tempo em que são nomeados os seus relatores. Em seguida, ocorre a discussão de matérias distribuídas anteriormente, acompanhadas pelo parecer do relator, que pode ser seguido ou não pelos demais pares no momento da votação.

O relator apresentará o seu parecer no prazo de duas reuniões ordinárias plenárias, se o projeto possuir caráter de urgência; cinco reuniões plenárias, para projetos em regime de prioridade; e até dez reuniões plenárias, em regime de tramitação ordinária. Todas as reuniões são registradas em atas no Diário Oficial do Poder Legislativo.

O pronunciamento da comissão sobre um projeto é chamado de parecer e constará de três partes: o relatório com exposição da matéria em exame; o parecer do relator,

aprovando, rejeitando ou apontando a necessidade de substitutivo ou emendas; e a conclusão com assinaturas dos deputados que votaram a favor ou contra. Somente depois de receber parecer favorável das comissões competentes, o projeto poderá seguir para votação no Plenário.

Por intermédio de seu presidente, as comissões podem requisitar diligências sobre matéria em apreciação e informações a órgãos e entidades estaduais. Outra atividade constante é a realização de audiências públicas sobre temas diversos - mecanismo que aproxima a sociedade do Parlamento.

A fiscalização também é pauta das comissões, responsáveis por avaliar os atos que envolvam gastos públicos de órgãos da administração direta e indireta. Nenhuma proposição que dependa de parecer será votada pela Alepe sem passar pelas comissões. **ATIVIDADES** - As duas principais comissões permanentes da Casa Joaquim Nabuco são: Constituição, Legislação e Justiça; e Finanças, Orçamento e Tributação.

A Comissão de Justiça, presidida pela deputada Raquel Lyra (PSB), trata de matérias relacionadas à constitucionalidade, legalidade e juridicidade de quase todas as proposições submetidas à apreciação da Casa. O colegiado tem nove titulares e nove suplentes.

Obrigatoriamente, o colegiado deve apreciar alterações no Regimento Interno, além de autorização de licença ao go-

COMISSÕES PERMANENTES

- Constituição, Legislação e Justiça
- Finanças, Orçamento e Tributação
- Administração Pública
- Negócios Municipais
- Educação e Cultura
- Esporte e Lazer
- Meio Ambiente
- Agricultura, Pecuária e Política Rural
- Saúde e Assistência Social
- Ciência, Tecnologia e Informática
- Cidadania, Direitos Humanos e Participação Popular
- Desenvolvimento Econômico e Turismo
- Assuntos Internacionais
- Defesa dos Direitos da Mulher
- Ética Parlamentar
- Redação Final

vernador ou ao vice-governador para ausências por período superior a 15 dias ou interrupção do exercício de suas funções.

Serão, ainda, submetidas à apreciação do colegiado, quanto ao mérito, as matérias relacionadas ao exercício dos poderes estaduais, organização judiciária, Ministério



Colegiados opinam pela aprovação, rejeição ou

Público, Tribunal de Contas, Defensoria Pública, Polícias Civil e Militar e Corpo de Bombeiros Militar, entre outras.

Emitir parecer sobre projetos de lei relativos ao Plano Plurianual (PPA), à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e à Lei Orçamentária Anual (LOA) é competência da Comissão de Finanças. Presidido pelo deputado Clodoaldo Magalhães (PSB), o colegiado acompanha e fiscaliza a execução das matérias financeiras, opina sobre as contas prestadas por autoridades públicas e emite parecer prévio referente às contas de autoridades públicas.

FRENTE PARLAMENTAR APRIMORA ATUAÇÃO DO PODE

A Frente Parlamentar é um grupo supra-partidário formado com o objetivo de aprimorar a atuação do Poder Legislativo sobre determinada demanda da população ou setor da sociedade. O colegiado tem diversas atribuições. Entre elas, incentivar e promover debates, audiências públicas e eventos relativos ao tema representado pelo grupo.

Entre outras competências, a Frente também pode promover o intercâmbio com representantes de outras casas legislativas e ainda articular-se com órgãos do poder público, da iniciativa privada ou sociedade civil para solicitar ações e sugerir alternativas que venham a contribuir com a execução dos objetivos do colegiado. A finalidade é colaborar com o Processo Legislativo e as Comissões Permanentes.

A criação de uma Frente Parlamentar deve ser solicitada através de requerimento, que deverá conter o apoio de pelo menos um terço dos deputados, e em seguida ser aprovada em votação simples no Plenário. A solicitação deverá indicar o nome do



Audiências públicas realizadas promovem a interação entre as Frentes e a sociedade

colegiado e o seu representante, denominado coordenador-geral da Frente Parlamentar. O autor da proposta representará a associação, sendo o responsável por todas as ações e informações perante a Mesa Diretora.

O grupo é formado por, no mínimo, cinco membros do Legislativo Estadual, e pode

ter duração de até dois anos, podendo ser prorrogado por período igual, caso seja solicitado por qualquer um dos seus membros. Ao término dos trabalhos que motivaram a criação da Frente Parlamentar, o colegiado encaminhará um relatório de suas atividades à comissão permanente cor-

respondente ao assunto discutido, que irá elaborar o parecer conclusivo no prazo de três reuniões plenárias.

Já atuaram, na Assembleia Legislativa, diversas Frentes Parlamentares que contribuíram com importantes ações para o desenvolvimento de políticas estaduais, como a Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT (sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) e a Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente.

Atualmente, estão em funcionamento na Casa Joaquim Nabuco, as Frentes Parlamentares da Micro e Pequena Empresa, coordenada pelo deputado Sérgio Leite (PT); a pela Defesa do Comerciante de Pernambuco, proposta pelo deputado Ramos (PMN); do Comércio Varejista, representada pelo deputado Tony Gel (PMDB); e a em Defesa das Unidades Terapêuticas, coordenada pelo Pastor Cleiton Collins (PP).

Outro grupo de recente atuação na Assembleia é a Frente Parlamentar de Defesa e Proteção à Pessoa Idosa, coordenada pela

BRE PROJETOS



RINALDO MARQUES

u arquivamento de projetos de lei

O colegiado - composto por oito titulares e nove suplentes - também tem como tarefa apresentar projeto de lei fixando os subsídios do governador, do vice-governador e dos secretários de Estado. Os projetos de abertura de créditos adicionais também são avaliados.

Além das 14 comissões que apreciam as proposições por área, a Alepe possui a Comissão de Ética, com competências e atribuições específicas, e a Comissão de Redação Final, responsável pela elaboração do texto final das proposições aprovadas em Plenário.

R LEGISLATIVO

deputada Terezinha Nunes (PSDB). Criado em março deste ano, o colegiado tem o objetivo de ampliar o debate sobre os problemas enfrentados pelos idosos. No primeiro semestre, a frente realizou, no auditório da Alepe, o Seminário Saúde do Idoso, onde foram discutidas ações de promoção ao bem-estar dessa faixa etária.

A Frente Parlamentar também vem participando de fiscalizações realizadas pelo Ministério Público do Estado para avaliar as condições e detectar irregularidades em abrigos para idosos em Pernambuco. A ação também conta com a participação da Vigilância Sanitária do Recife e da Delegacia de Proteção ao Idoso.

Segundo a coordenadora da Frente Parlamentar, deputada Terezinha Nunes, é preciso planejar e discutir a situação dos idosos no Estado para encontrar soluções. “É necessário que a população se conscientize da importância de respeitar e proteger esses cidadãos que já contribuíram com trabalho para a sociedade”, destacou.

TEMPORÁRIAS ENFOCAM TEMAS DA ATUALIDADE

Mirella Santos

As Comissões Parlamentares Temporárias são criadas para auxiliar o funcionamento das Comissões Permanentes já existentes na casa legislativa, com a finalidade de atender uma demanda específica da sociedade. Com tempo determinado de duração, esses colegiados se dividem em três categorias: Comissão de Representação, Comissão Especial e Comissão Parlamentar de Inquérito.

As Comissões de Representação atuam em nome da Assembleia Legislativa, acompanhando e representando a instituição em atos externos. Para sua criação, o colegiado precisa ser composto por no mínimo três parlamentares, sendo formada apenas por deputados titulares. Entre as que já atuaram na Alepe, a Comissão para Acompanhar o Leilão da Usina Catende foi um colegiado de grande relevância. Criado em 2012, por iniciativa do deputado Aluísio Lessa (PSB), o grupo acompanhou todo o processo do leilão, mediando e defendendo os interesses dos principais envolvidos na discussão.

Também com duração determinada, as Comissões Especiais são grupos criados na Casa Joaquim Nabuco para atender a assunto específico da sociedade de forma mais aprofundada. Esses colegiados têm como objetivo ampliar a discussão sobre matérias relevantes ou de interesse público, através da promoção de debates sobre o tema.

A criação de uma Comissão Especial



RINALDO MARQUES

Parlamentares percorrem o Estado debatendo temas importantes com a população

ocorre por requerimento parlamentar, que deverá ser aprovado pela Mesa Diretora e de pelo menos um quarto dos deputados da Casa. O colegiado é formado por cinco parlamentares titulares, podendo ter número igual de suplentes. A Comissão Especial tem um prazo inicial de 90 dias de duração, podendo ser prorrogada por, no máximo, 60 dias. De acordo com a legislação, não podem funcionar simultaneamente mais que cinco Comissões Especiais.

Já atuaram, na Alepe, diversas dessas comissões, que contribuíram com ações para o desenvolvimento de políticas públicas para Pernambuco. Entre elas, a Comissão de Transposição do Rio São Francisco, presidida pelo deputado Raimundo Pimentel (PSB), em 2005, que teve como objetivo analisar

e discutir os benefícios para Pernambuco do projeto da União. Outro exemplo foi a Comissão do Setor Sucroalcooleiro, presidida pelo deputado Henrique Queiroz (PR), em 2013. Durante suas atividades, o grupo debateu planos estratégicos para reduzir a crise enfrentada pelo setor.

Outra Comissão Especial importante foi a da Mata Norte e Agreste Setentrional, presidida pelo deputado Isaltino Nascimento (PSB). Devido ao impacto dos grandes investimentos no município de Goiana, o colegiado realizou rodas de diálogo nesse município e nas cidades de Carpina e Bom Jardim. Por fim, elaborou relatório com 110 propostas apresentado em audiência pública no mês de junho deste ano. O documento foi entregue a autoridades.

CPIs CHAMAM MAIS ATENÇÃO

Das três categorias de colegiados temporários, são as Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs) que geralmente costumam chamar mais atenção da sociedade. Esses grupos são instituídos para apurar ou investigar um fato determinado.

Para sua criação, é necessária uma solicitação, por meio de requerimento, com o tema, a justificativa de sua importância e o prazo de funcionamento da comissão. Logo depois, é preciso a aprovação em Plenário por, no mínimo, um terço dos deputados. Após o término do seu funcionamento, a comissão deve publicar um relatório e as conclusões da investigação.

Entre as CPIs que já atuaram na Assembleia Legislativa, está a da Celpe, que investigou as possíveis irregularidades na Companhia Energética de Pernambuco.

A iniciativa partiu do deputado Sérgio Leite (PT). Instituído inicialmente em abril de 2007, como Comissão Especial da Celpe, o colegiado auxiliou na fiscalização dos serviços prestados pela empresa de energia e desenvolveu ações para impedir o reajuste



JOÃO BITA

Comissões de Inquérito promovem debates acirrados sobre fatos determinados

da tarifa de luz. Devido à necessidade de aprofundar o debate sobre o tema, a comissão especial se transformou em CPI com intuito de investigar as possíveis irregularidades nas relações de consumo entre a Celpe e a população pernambucana.

Outra comissão que começou como especial e se transformou em CPI foi a da telefonia móvel. Instituída em 2011, foi presidida pelo deputado Betinho Gomes

(PSDB) e avaliou a qualidade do serviço oferecido pelas operadoras de telefonia móvel em Pernambuco.

A Alepe também foi a primeira no Brasil a instalar uma CPI do Tráfico de Órgãos Humanos, em 2003. Presidida pelo deputado Raimundo Pimentel (PSB), a comissão contribuiu para o desmonte de uma quadrilha internacional que atuava em Pernambuco.

ATUAÇÃO PARLAMENTAR

MAIS SEGURANÇA EM EVENTOS ESPORTIVOS

Proporcionar mais segurança aos torcedores que frequentam eventos esportivos, em clubes, agremiações esportivas, estádios e assemelhados localizados em Pernambuco. Esse é o objetivo do Projeto de Lei nº 1.988/2014, aprovado pela Comissão de Constituição, Legislação e Justiça (CCLJ) da Alepe.

A matéria, de autoria do deputado Everaldo Cabral (PP), prevê a implementação de medidas como a instalação de sistema de câmeras de monitoramento nas dependências do espaço onde se realizará o evento. Os equipamentos deverão ser obrigatoriamente integrados aos do Programa Pacto pela Vida, do Governo Estadual.

A legislação também determina que sejam instalados nos banheiros, vasos sanitários modelo turco, horizontais, próximos ao nível do chão. Os estabelecimentos que não estejam com o sistema de câmeras em pleno funcionamento, em especial nas datas e horários dos eventos esportivos, sofrerão penalidades como advertência, multa e interdição, conforme o projeto.



Projeto de lei prevê a implantação de câmeras de monitoramento nas dependências de clubes, agremiações e estádios

Na opinião do vice-presidente do colegiado, deputado Ângelo Ferreira (PSB), a iniciativa é muito importante por prever

sistema de câmeras de monitoramento. "As pessoas poderão esperar mais segurança porque o sistema será interligado ao de

segurança pública do Estado de Pernambuco, ao da Polícia Militar", explicou o socialista.

TRANSPORTES

PROJETO PREVÊ IDENTIFICAÇÃO DE TORCEDORES

Empresas de transporte rodoviário poderão ser obrigadas a encaminhar uma lista com dados dos passageiros ao comando da Polícia Militar da comarca competente, antes do início da viagem para o transporte de torcedores para eventos futebolísticos em Pernambuco. A medida está prevista no Projeto de Lei nº 1998/2014, de autoria do deputado Rodrigo Novaes (PSD), e foi

aprovada na Comissão de Constituição, Legislação e Justiça da Assembleia Legislativa. A relatoria da matéria ficou com o deputado Ricardo Costa (PMDB).

De acordo com a proposta, a empresa precisa enviar, com no mínimo um dia de antecedência da viagem, lista com os seguintes dados dos passageiros: nome completo, número e órgão expedidor da

identidade e endereço residencial completo. Além disso, informar a data e o horário do início da viagem e do início do evento, além do itinerário a ser cumprido, tanto na ida quanto na volta.

A PM poderá utilizar as informações para recepção e fiscalização dos torcedores transportados. O descumprimento da lei acarretará em advertência na primeira

autuação e, na segunda, multa equivalente a R\$ 1 mil por infração e o dobro no caso de reincidência.

Na justificativa da matéria, Rodrigo Novaes explica que a violência no futebol vem afastando o torcedor dos estádios. "O projeto pretende auxiliar o trabalho da Polícia Militar na identificação de grupos organizados para promover arruaças no entorno das praças esportivas".

"Com o envio da lista de passageiros, a polícia terá conhecimento prévio dos torcedores que estarão se deslocando para o evento esportivo, adotando medidas preventivas em relação ao quantitativo de pessoas que estarão em trânsito, bem como ao histórico policial dos que por ventura já causaram transtornos anteriormente", destacou o texto.

Para a presidente da Comissão de Justiça, Raquel Lyra (PSB), este é um passo importante para garantir a segurança e a identificação dos torcedores. "Assegura à Polícia Militar o acesso aos dados, já que não temos o controle nos estádios pelos nomes e identidade, como já existe na Europa. É uma forma de se resguardar", enfatizou.



Iniciativa prevê que torcedores sejam identificados pelas empresas de transporte rodoviário. Lista será entregue à PM

DATA MARCANTE

CONSTITUIÇÃO DE PERNAMBUCO COMPLETA 25 ANOS

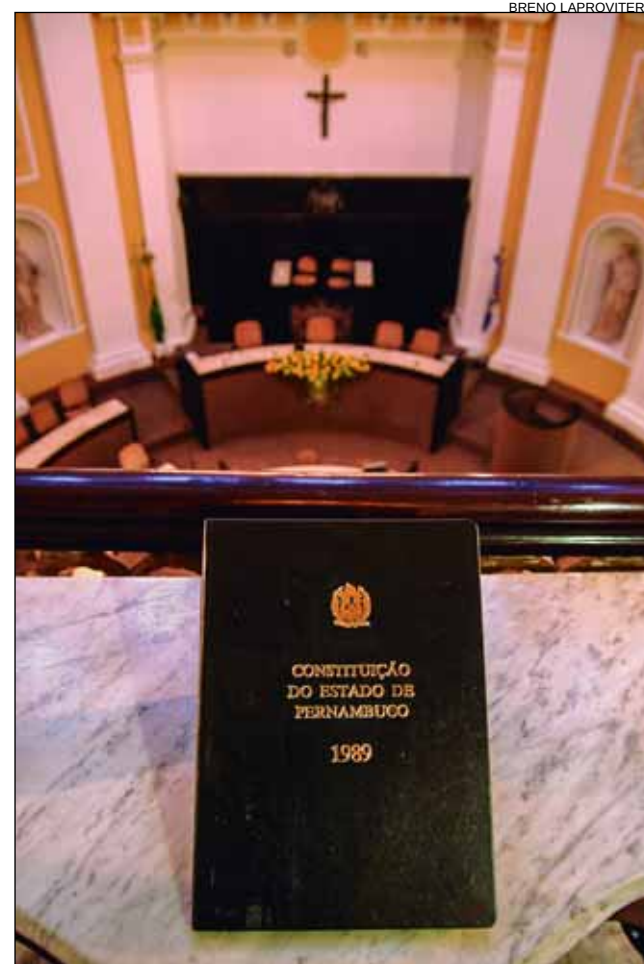
A Constituição Pernambucana está completando 25 anos em 2014. Desde então a Lei maior do Estado opera por intermédio de delimitações estabelecidas pela Constituição Federal, promulgada em 1988. As duas leis representam momentos fundamentais na história da democracia do Brasil e de Pernambuco. Em cinco de outubro de 1989, o deputado e então presidente da Casa Joaquim Nabuco, João Ferreira Lima Filho (PMDB), abre seu discurso informando que a reunião tem como objetivo principal a promulgação da Constituição do Estado de Pernambuco. No perâmbulo, é possível encontrar as palavras proferidas naquele dia:

"Nós representantes do povo pernambucano, reunidos sob a proteção de Deus, em Assembleia Estadual Constituinte, tendo presentes às lições de civismo e solidariedade humana do seu patrono Joaquim Nabuco, reconfirmamos a decisão de preservar os exemplos de pioneirismo e as tradições libertárias desta terra, ao reafirmarmos guardar fidelidade à Constituição da República Federativa do Brasil, em igual consonância ao permanente serviço a que Pernambuco se dedicou, de respeito e valorização da nacionalidade e reiteramos

o compromisso de contribuição na busca de igualdade entre os cidadãos, da acessibilidade aos bens espirituais e materiais, da intocabilidade da democracia, tudo por promover uma sociedade justa, livre e solidária, ao decretarmos e promulgarmos a seguinte Constituição do Estado de Pernambuco".

Três dos parlamentares presentes na formulação do texto da Constituinte continuam na Casa Joaquim Nabuco: os deputados Mavíael Cavalcanti (DEM), Marcantônio Dourado (PTB) e Henrique Queiroz (PR). Para Cavalcanti, o principal legado da Constituição foi a possibilidade do voto livre para população. "A maior conquista do povo foi com certeza o poder do voto. A democracia é de fundamental importância para que as pessoas possam externar seus pensamentos e defender o que acham certo", afirmou. Para Dourado, a criação das normas foi o ponto marcante. "Às vezes nos reuníamos até altas horas da madrugada para discutir alguns assuntos e chegar a uma decisão final. As leis que regem o Estado hoje são frutos dessa dedicação", salientou.

O texto da Constituição foi elaborado pelos deputados estaduais e aprovado pelo então governador, Miguel Arraes.



Lei representa momento fundamental na história do Brasil

SÉRIE AGORA É LEI

DIA DE CONSCIENTIZAÇÃO SOBRE O RIO BEBERIBE

Revitalizar e proteger o Rio Beberibe e conscientizar a população da sua importância foram os objetivos do deputado Ricardo Costa (PMDB) ao apresentar um projeto de lei na Assembleia Legislativa de Pernambuco em que determina o dia 24 de novembro como o Dia do Rio Beberibe. A medida está prevista na Lei Estadual nº15.257, publicada em 1º de abril de 2014.

O parlamentar explicou que a legislação atrelou a data ao Dia do Rio, instituído pela Organização das Nações Unidas (ONU), e ao do Rio Capibaribe, que já está incluído no Calendário Oficial de Eventos do Estado de Pernambuco na mesma data.

Com nascente no município de Camaragibe, Região Metropolitana do Recife, o Rio Beberibe possui uma extensão de 19 quilômetros e largura de seis metros em grande parte do percurso. Devido à influência das marés altas, o Beberibe pode se alargar em seu trajeto final, quando se encontra com o Rio Capibaribe e desemboca no Oceano Atlântico, entre o Recife e Olinda.

Até o início do século passado, o rio era margeado por florestas e servia para o transporte de madeira e carvão através de balsas que desciam até a foz. Apesar de



Rio Beberibe vem sendo poluído nas últimas décadas e passa por obras de melhoria

sua história e importância para o Estado, suas águas vêm sendo poluídas de forma degradante. "O rio nasce e termina na Região Metropolitana do Recife. É preciso chamar atenção das autoridades para a importância dele e discutir a revitalização, como foi feito com o Capibaribe", destacou o deputado Ricardo Costa.

Dados da Secretaria de Infraestrutura de Pernambuco (Seinfra) apontam que o

Rio Beberibe é um dos mais poluídos do Estado. O déficit de saneamento básico em Olinda e no Recife e a ocupação informal das encostas são apontados como as principais causas de degradação.

Para minimizar os problemas, o Governo iniciou um processo de renaturalização do Rio Beberibe. Obras estão sendo realizadas, como a dragagem e a reurbanização, para evitar enchentes,

melhorar a qualidade da água, incentivar a pesca e tornar o rio navegável. Ações como o aprofundamento e alargamento da calha do rio e a retirada de lixo e sedimentos que impedem o fluxo natural das águas também estão sendo executadas.

De acordo com a Seinfra, parte da dragagem já foi concluída e a previsão para o término de uma outra área é fevereiro de 2015. A Prefeitura de Olinda e órgãos como a Companhia Estadual de Habitação e Obras (Cehab) estão trabalhando juntos na desocupação das margens e na relocação das famílias para conjuntos habitacionais. "O projeto de renaturalização dará vida ao rio. Sua revitalização é prioritária e, no futuro, poderá trazer a navegabilidade, solução viável e mais barata", avaliou Ricardo Costa.

O gerente de Gerenciamento Costeiro da Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH), Assis Lacerda, acompanha as obras no rio e acredita que destinar um dia para representar o Beberibe é de extrema importância. "É um rio que concentra uma importância histórica, além de sua bacia sofrer a maior pressão urbana. O dia 24 de novembro será de referência para a mobilização e realização de ações em benefício do Beberibe", avaliou.

VALORIZAÇÃO PROFISSIONAL

RINALDO MARQUES



Presidentes da Alepe e do Sindicato dos Servidores (C) prestigiaram a homenagem aos 21 servidores da Assembleia que completaram 40 anos de serviços prestados à sociedade

LEGISLATIVO HOMENAGEIA SERVIDORES

Com o tema "Sou servidor, com muito orgulho e muito amor", a Assembleia Legislativa realizou uma série de atividades em comemoração ao Dia do Servidor Público, celebrado em 28 de outubro. As ações foram coordenadas pela Superintendência de Gestão de Pessoas da Alepe.

Os 21 funcionários que completaram 40 anos de serviços prestados à Casa receberam placas comemorativas. Para o presidente da Alepe, Guilherme Uchoa (PDT), este é um reconhecimento de mérito, uma vez que o de ordem material já ocorreu, com a implantação de melhores condições salariais e de trabalho e o

concurso público. "A homenagem de hoje é a melhor que se pode prestar, com a valorização das pessoas em vida, reconhecendo seu trabalho e suas qualidades", destacou.

O primeiro-secretário, João Fernando Coutinho (PSB), lembrou que o servidor é o coração da Casa. "São muitos conheci-

mentos adquiridos depois de 40 anos de serviço público. O corpo funcional é essencial para o bom funcionamento dos trabalhos legislativos e administrativos. É preciso reconhecer a todos os que fazem a história da Casa e também dar oportunidade a quem vai entrar na Alepe", avaliou.

Para o servidor Luiz Leonardo de Lima, porta-voz do grupo, o reconhecimento é gratificante. "Trabalhar na Casa é contribuir para o desenvolvimento do Estado", frisou. O presidente do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo de Pernambuco (Sindilegis-PE), Josias Ramos, participou da homenagem.

SÉRIE DOCUMENTOS HISTÓRICOS

ARQUIVO TEM DOCUMENTOS SOBRE EXERCÍCIO DA MEDICINA

Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.



O Dia do Médico é celebrado no Brasil em 18 de outubro, em homenagem ao nascimento de São Lucas, médico e protetor dos profissionais. Autor de um dos evangelhos do Novo Testamento, São Lucas relatou várias passagens de Jesus, entre elas, curas e milagres testemunhados por seguidores do Cristo. Estudou medicina na Antioquia, de onde era natural, transformando-se, no século XV, em patrono dos médicos.

Além do Brasil, países como Portugal, França, Espanha, Itália, Argentina e Inglaterra, come-

moram o dia do médico nesta mesma data. Em outros países, porém, a celebração é realizada em dias diferentes. Nos Estados Unidos a data é comemorada em 30 de março.

Esse profissional aparece em vários documentos existentes no acervo do arquivo geral da Assembleia Legislativa de Pernambuco.

Entre eles, na Lei nº136, de 03 de julho de 1895, assinada pelo presidente José Marcolino da Rosa e Silva, autorizando o governador a criar um gabinete de bacteriologia, com laboratório, para elaboração da vacina antirrábica e do soro antidiftérico.

Para dirigir o gabinete, determinou-se a contratação de um

de notória competência para realizar estudos no Instituto Pasteur. O governador também ficava autorizado, pela referida lei, a dispendar a quantia necessária para construir o edifício onde funcionaria o gabinete, adquirir móveis e aparelhos indispensáveis para o gabinete e o laboratório, e realizar o pagamento do médico comissionado.

Esse e outros documentos relacionados aos profissionais da saúde também podem ser consultados no Arquivo Geral da Assembleia Legislativa de Pernambuco, gerido pela Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Um bom exemplo é a petição de Anna Vasconcellos,

de 18 de abril de 1883, órfã de pai, moradora da Freguesia de Santo Antônio, solicitando subvenção mensal, devido ao seu estado de pobreza, para realizar o curso de medicina. Outro caso é a petição de Romualdo Alves de Oliveira, de 9 de janeiro de 1879, solicitando subvenção anual para sua filha Josepha, de 15 anos, estudar medicina nos Estados Unidos ou na Suíça, a fim de se formar e exercer a profissão na Província de Pernambuco.

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA – Superintendência de Preservação do Patrimônio Histórico do Legislativo. Imagem – Lei nº136, de 03 de julho de 1895. Arquivo Geral. Acervo da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco.